

## **ATA DA REUNIÃO Nº 28 DO CONSELHO CONSULTIVO**

**DATA:** 12 de março de 2015

**HORÁRIO:** 10h

**LOCAL:** Sala de Reuniões do Plenário da Agência, localizada no 1º andar do Edifício-Sede, em Brasília (DF)

### **PARTICIPANTES**

- Pela Agência Nacional de Aviação Civil:
  - Cláudio Passos Simão - Diretor
  - Ricardo Sérgio Maia Bezerra - Diretor
  - Ana Carolina Pires da Motta - Secretária Executiva do Conselho Consultivo
- Representando o segmento das empresas de serviços de transporte aéreo:
  - Robson Bertolossi
  - Milton Arantes da Costa
- Representando o segmento dos usuários de serviços aéreos:
  - Antônio Cláudio Magnavita Castro
  - Edmar Augusto Bull
  - Miguel Fernandes da Silva
- Representando o segmento dos exploradores de serviços de infraestrutura aeroportuária:
  - Pedro Gilson Azambuja
  - Renato Pires de Lacerda Abreu
- Representando o segmento de aviação geral, aeroclubes e aerodesporto:
  - Ricardo Nogueira da Silva
- Representando o segmento da indústria aeronáutica e manutenção aeronáutica:
  - Walter Bartels
  - Hermano Paes Vianna
- Representando o segmento de trabalhadores do setor:
  - André Luiz Carvalho da Silva
  - Marcelo Ceriotti
- Representando o segmento das instituições de formação e adestramento de pessoal destinado à aviação civil:

Elones Ribeiro

- Representando o segmento das empresas prestadoras de serviços auxiliares:

Ricardo Luiz Martins Scalise

- Representando o Comando da Aeronáutica:

Cel. Ary Rodrigues Bertolino

Cel. Carlos Henrique Baldin

## **PAUTA**

### **(1) ANAC - Cláudio Passos Simão**

Abertura dos trabalhos e Informes da Diretoria

### **(2) ANAC - Ana Carolina Pires da Motta**

Informes da Secretaria Executiva do Conselho Consultivo

### **(3) Conselho Consultivo - Pedro Azambuja e Robson Bertolossi**

Relatório Final da Câmara Técnica do Marco Tarifário

### **(4) ANAC - Tiago Pereira e Gustavo Machado**

Plano Estratégico – 2015-2019

### **(5) ANAC - Cláudio Beschizza Ianelli**

Fiscalizações Programadas e Operações Especiais – 2014 e 2015

### **(6) Conselho Consultivo**

Assuntos Gerais

### **(7) ANAC**

Encerramento

(1) Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, às dez horas e dezessete minutos, teve início a 28ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), na Sala de Reuniões do Plenário de seu Edifício-Sede, em Brasília. Após saudar os Conselheiros, a Secretária Executiva do Conselho Consultivo, Sra. Ana Motta, convidou o Diretor-Presidente Substituto, Cláudio Passos Simão, para presidir a Reunião na qualidade de Substituto do Presidente do Conselho Consultivo. Saudando os Conselheiros, o Presidente explicou que o Diretor-Presidente, Marcelo Pacheco dos Guarany, havia sido convocado para um compromisso inadiável e intempestivo naquela manhã, motivo pelo qual não poderia estar presente na 28ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo. Dando início aos Informes da Diretoria, o Presidente informou que aquela seria a primeira utilização da Sala de Reuniões do novo Plenário da Agência, local onde seriam realizadas as

próximas Reuniões do Conselho Consultivo da ANAC. Prosseguiu explicando que as novas instalações do Plenário da Agência haviam sido planejadas no intuito de fortalecer a transparência da ANAC em seu processo decisório, favorecendo o contato da Agência com os regulados, com a sociedade e, também, com a imprensa. Aproveitou para ressaltar que, naquela semana, os Conselheiros haviam sido formalmente convidados para a Reunião Deliberativa da Diretoria realizada no novo Plenário, reiterando que o convite realizado se estendia a todas as Reuniões Deliberativas da Diretoria da Agência. A seguir, informou aos Conselheiros sobre a realização do treinamento em “Operações de *Performance Based Navigation* (PBN)”, organizado pelas Superintendências de Aeronavegabilidade (SAR) e de Gestão de Pessoas (SGP) que teve como objetivo apresentar os conhecimentos necessários para avaliar a elegibilidade das aeronaves quanto às operações PBN. Em complemento, o Presidente afirmou que o público-alvo do treinamento eram as Organizações de Manutenção Aeronáutica e que, em eventuais revisões futuras da Instrução Suplementar nº 91-001 (IS 91-001), tais instituições terão a prerrogativa de emitir pareceres técnicos como parte do processo para emissão da carta de autorização (LOA). Em seguida, comentou sobre a realização, no dia 15 de janeiro de 2015, na cidade de São Paulo, do *Workshop* sobre Boletim de Alteração de Voo (BAV), ferramenta da ANAC que automatiza o processo referente ao recebimento das alterações ocorridas em voos regulares. Ressaltou também que o *workshop* foi elaborado com o objetivo de coletar sugestões de empresas aéreas e demais interessados sobre o Boletim e de esclarecer eventuais dúvidas sobre esse e outros temas relacionados. Dando continuidade aos Informes, o Presidente mencionou a realização do 6º *Workshop* de Fabricação de Aeronaves de Pequeno Porte, promovido pela ANAC entre os dias 4 e 5 de março em Campinas. Explicou que o evento foi destinado, prioritariamente, a fabricantes de aeronaves leves, a associações do setor e a servidores da SAR, e que teve como objetivo promover a integração e o debate entre as diversas áreas de conhecimento necessárias à continuação de um polo aeronáutico de fabricação de aeronaves de pequeno porte no Brasil. Prosseguindo com os Informes da Diretoria, o Presidente informou sobre as Audiências Públicas realizadas pela ANAC no período compreendido entre 3 de dezembro de 2014 e 12 de março de 2015, a saber: a Audiência Pública nº 20/2014, que teve como objeto proposta de resolução que estabelece a metodologia de cálculo do Fator X a ser aplicado nos reajustes tarifários anuais para o quinquênio 2015-2019, decorrente da primeira revisão dos parâmetros de concessão prevista no Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante (ASGA); a Audiência Pública nº 21/2014, que teve como objeto proposta de 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do ASGA, relativo à realização da primeira revisão da metodologia de cálculo do Fator Q; e a Audiência Pública nº 1/2015, que teve como objeto proposta de edição de emenda ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 21 (RBAC nº 21), intitulado “Certificação de Produto Aeronáutico”, e ao RBAC nº 45, intitulado “Marcas de Identificação de Nacionalidade e de Matrícula”. O próximo tema abordado pelo Presidente foi a divulgação do 30º Relatório de Tarifas Aéreas Domésticas, que contempla dados referentes ao primeiro semestre de 2014, tendo sido

informado que o Relatório fora disponibilizado na página da ANAC na internet, dentro da opção “Tarifas Aéreas”, item “Dados e Estatísticas”. A seguir, informou sobre o acordo firmado entre a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC/PR) e a ANAC no dia 29 de dezembro de 2014 com o objetivo de oferecer bolsas para a capacitação de profissionais de aviação civil. Explicou que a pretensão é que sejam oferecidas 65 oportunidades para a formação de pilotos e que, na primeira etapa do acordo, a ANAC publicaria Chamada Pública para a divulgação do Edital de Credenciamento para as escolas de formação de piloto. A seguir, o Presidente deu continuidade aos Informes da Diretoria comunicando sobre a redução do número de acidentes aéreos no ano de 2014 e salientando que este representa o menor índice de acidentes registrados nos últimos 4 anos. Prosseguiu cientificando os Conselheiros de que o Brasil, se comparado ao restante do mundo nos últimos 5 anos, manteve-se abaixo da média móvel de acidentes fatais na aviação regular, registrando 0,19 fatalidades a cada um milhão de decolagens durante o ano de 2014, enquanto a média mundial é de 0,39 fatalidades a cada um milhão de decolagens. O próximo tópico a ser abordado pelo Presidente foi o lançamento da página virtual dedicada ao Programa de Fomento à Certificação de Projetos de Aeronaves de Pequeno Porte, o iBR2020. Lembrou que o iBR2020 tem por objetivo aprimorar a capacidade da indústria aeronáutica nacional em desenvolver projetos de aeronaves de pequeno porte que tenham maiores condições de serem bem sucedidas quando submetidas à certificação de tipo, ressaltando que maiores informações poderiam ser encontradas no endereço eletrônico [www.anac.gov.br/ibr2020](http://www.anac.gov.br/ibr2020). A seguir, comentou sobre uma enquete realizada pela ANAC com vistas a otimizar a ANACpédia, ferramenta criada pela Agência em 2013 e que reúne mais de 7 mil verbetes relacionados à aviação civil. Segundo o Diretor, a enquete é preenchida em ambiente virtual por qualquer interessado e tem por finalidade possibilitar à Agência conhecer melhor os usuários da ferramenta e abrir espaço para sugestões que possibilitem que a ANAC aprimore seu sistema e atenda melhor às necessidades dos usuários.

(2) Finalizados os Informes da Diretoria, a Secretária Executiva do Conselho Consultivo deu prosseguimento à reunião, passando aos Informes da Secretaria Executiva. Em um primeiro momento, informou que a ata referente à 27ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo seria encaminhada para ratificação dos Conselheiros nos próximos dias e que, tão logo quanto aprovada, seria disponibilizada na página eletrônica do Órgão no portal da ANAC. Em seguida, lembrou que aquela seria a última reunião do Conselho Consultivo com a presença do Diretor Ricardo Bezerra, haja vista a proximidade do término de seu mandato, e aproveitou para agradecer ao Diretor pelo trabalho desenvolvido durante seus anos na ANAC. Neste momento, o Presidente pediu a palavra para registrar seu agradecimento ao Diretor Ricardo Bezerra. De posse da palavra, o Diretor Ricardo Bezerra agradeceu a todos os presentes, ressaltando a importância do Conselho Consultivo no desenvolvimento dos trabalhos da

ANAC. A seguir, o Conselheiro Pedro Azambuja também solicitou a palavra para parabenizar o Diretor Ricardo Bezerra pelo trabalho desenvolvido junto à Agência, o que foi corroborado pelo Conselheiro Cláudio Magnavita. Ademais, o Conselheiro Cláudio Magnavita sugeriu ao Conselho Consultivo a elaboração de uma correspondência à SAC/PR recomendando a recondução do Diretor Ricardo Bezerra ao cargo de Diretor da ANAC, o que obteve o apoio dos demais membros do Órgão. Retomando aos Informes da Secretaria Executiva, a Sra. Ana Motta lembrou que o vigente mandato dos Conselheiros do Conselho Consultivo estava previsto para ser encerrado no dia 18 de julho de 2015 e que em breve a ANAC publicaria as regras para seleção dos novos Conselheiros. A seguir, a Secretária Executiva definiu os prazos para aquele encontro, delimitando as apresentações a 20 minutos por orador. Definiu também que, conforme adotado nas reuniões anteriores, as manifestações sobre as apresentações poderiam ser realizadas após a exposição pelo prazo de até 2 minutos para cada Conselheiro. Neste momento, o Conselheiro André Luiz Carvalho da Silva pediu a palavra para questionar a ausência dos temas por ele propostos na pauta da reunião. Em resposta, a Sra. Ana Motta informou que a Secretaria Executiva não havia recebido a proposta de pauta do Conselheiro. Reiterou que as propostas de pauta deveriam ser encaminhadas antecipadamente à Secretaria Executiva e que todas as mensagens recebidas eram sempre respondidas. Por fim, lembrou ao Conselheiro sobre a possibilidade de incluir seus temas durante os Assuntos Gerais, ao fim da reunião. Dando prosseguimento, a Secretária Executiva informou que, para os Assuntos Gerais, seriam dedicados até 5 minutos para manifestação dos Conselheiros para cada tema inscrito.

(3) Dando início aos temas pautados, a Secretária Executiva convidou o Conselheiro Pedro Azambuja para apresentar ao Conselho Consultivo o relatório final da Câmara Técnica do Marco Tarifário (CTMT), criada em 9 de junho de 2014. De posse da palavra, o Conselheiro Pedro Azambuja agradeceu aos membros do Conselho Consultivo e aos servidores da ANAC que participaram da CTMT, em especial ao Conselheiro Robson Bertolossi que desempenhou a atribuição de relator. Prosseguiu explicando que vê o relatório final da CTMT como uma contribuição do Conselho Consultivo na regulação promovida pela Agência e dizendo também que pretendia propor ao Órgão o encaminhamento, à SAC/PR, de um documento relacionado a políticas para a aviação regional. Por fim, passou a palavra ao Conselheiro Robson Bertolossi para a apresentação do relatório, desculpando-se pela necessidade de se ausentar da reunião a partir daquele momento. Dando início à apresentação do relatório, o Conselheiro Robson Bertolossi explicou que o relatório havia sido aprovado pelos membros da CTMT e que seria encaminhada à Secretaria Executiva do Conselho Consultivo. Comentou que na primeira reunião da CTMT, houve necessidade da definição da pauta e do objetivo da Câmara Técnica, tendo em vista sua composição heterogênea, formada por representantes dos diversos segmentos. Prosseguiu contando o histórico da CTMT e das principais contribuições

recebidas, comentando que alguns dos pontos abordados estavam contemplados na Agenda Regulatória da ANAC. Em seguida, apresentou os quatro tópicos contemplados no relatório final CTMT – a saber: tarifas de conexão; criação de Comitê Técnico permanente, no âmbito da Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (CONAERO); tarifas de armazenagem e capatazia e preços mínimos específicos; e tarifas aeroportuárias e demais aspectos relativos à aviação geral – e pormenorizou os principais aspectos de cada tópico e as sugestões propostas pela Câmara Técnica. Concluiu informando que o relatório integral havia sido disponibilizado para todos Conselheiros e colocou-se à disposição para sanar eventuais questionamentos. A seguir, a Secretária Executiva agradeceu a apresentação e passou a palavra aos Conselheiros para comentários, sendo o primeiro Conselheiro a se manifestar o Sr. Marcelo Ceriotti. De posse da palavra, o Conselheiro questionou como poderia ter acesso aos anexos citados no relatório final da CTMT e, em seguida, perguntou se as Portarias n<sup>o</sup>s 306/GC-5, de 25 de março de 2003, 602/GC-5, de 22 de setembro de 2000, e 631/DGAC, de 28 de abril de 2003, seriam revogadas e substituídas ou se seus textos seriam apenas alterados. Em resposta, o Conselheiro Robson Bertolossi informou que os anexos haviam sido repassados apenas aos membros da CTMT, mas que os demais Conselheiros poderiam obtê-los junto à Secretaria Executiva do Conselho Consultivo, e complementou dizendo que a Câmara Técnica não sugeriu a revogação de nenhum ato, mas que acreditava que seria inevitável que algumas normas fossem atualizadas. Novamente de posse da palavra, o Conselheiro Marcelo Ceriotti registrou sua preocupação com a cobrança de taxa de embarque para tripulantes extras, alegando que esta já é cobrada pela *GRU Airport*, concessionária do Aeroporto Internacional de São Paulo (Guarulhos). Em resposta, o Conselheiro Robson Bertolossi comentou que o assunto em tela não havia sido explorado no âmbito da CTMT. O próximo a se manifestar foi o Conselheiro Ricardo Nogueira, que parabenizou o trabalho desenvolvido pelo Conselheiro Robson Bertolossi na Câmara Técnica e, a seguir, questionou à ANAC qual seria a finalidade do relatório apresentado pela CTMT. O Conselheiro Renato Pires Lacerda de Abreu também elogiou a atuação do relator Robson Bertolossi dentro da CTMT e, em seguida, questionou como as sugestões da Câmara Técnica seriam implementadas. Em resposta, o Presidente explicou que o estudo elaborado pelos membros da Câmara Técnica não resultaria em uma norma em específico, mas que atuaria como um excelente subsídio para a Agência entender as demandas dos diversos segmentos e que o conhecimento compartilhado seria utilizado pela ANAC em sua ação regulatória. Aproveitou para ressaltar que, embora encerrada a Câmara Técnica, o assunto poderia ser complementado por aqueles Conselheiros que ainda desejassem se manifestar. A seguir, convidou para se manifestar o Sr. Rafael Pereira Scherre, Gerente de Regulação Econômica da Superintendência de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado (SRE), que participou da CTMT como secretário designado pela ANAC. O Gerente defendeu que, na sua ótica, o relatório poderia ser internalizado pela Agência e servir como base de estudo para auxiliar na revisão de normativos. Aproveitou para adiantar aos Conselheiros que, em breve, todos seriam convidados para uma reunião

participativa para discutir questões atinentes à consolidação e revisão das tarifas aeroportuárias. Esclareceu, no entanto, que essa reunião não deveria ser confundida com uma audiência pública e que seu objetivo é promover a discussão em uma etapa prévia aos estudos preliminares, servindo como subsídio para estes. Explicou se tratar de uma oportunidade para que todos os segmentos participassem de debates prévios à edição da proposta de norma que seria submetida à audiência pública. Novamente de posse da palavra, o Presidente explicou que o relatório final da CTMT serviria como balizador para que a Agência elaborasse sua regulação, sendo utilizado tanto pelas áreas técnicas quanto pela Diretoria. Novamente de posse da palavra, o Conselheiro Robson Bertolossi explicou que os três primeiros tópicos do relatório referiam-se a uma proposta consolidada pelo grupo, construída de forma consensual. Salientou que o quarto ponto do relatório, por sua vez, tratava de um assunto amplo e que, embora concluído no âmbito da CTMT, poderia ser complementado futuramente por meio de um anexo. Por fim, defendeu que, em sua opinião, o Conselho Consultivo deveria encaminhar o documento apenas à ANAC. A seguir, o Conselheiro Walter Bartels questionou se as questões por ele levantadas acerca das tarifas de armazenagem e capatazia haviam sido incluídas entre os consensos do grupo. O Conselheiro Robson Bertolossi, em resposta, explicou que as referidas tarifas foram tratadas apenas em um tópico que defende que os preços mínimos específicos só deveriam ser cobrados quando representassem retrabalho. A seguir, o Conselheiro Walter Bartels defendeu que acredita ser competência dos terminais de carga demonstrarem seu custo para que o valor da tarifa seja calculado em cima desse dado. O Conselheiro Ricardo Pires de Lacerda Abreu, por sua vez, aproveitou para informar que, no relatório, foi proposta a criação de um espaço específico para discussão de temas relacionados a armazenagem e capatazia. Neste momento, o Conselheiro Robson Bertolossi aproveitou o ensejo para mencionar a proposta de política de governo para o fomento da aviação de transporte aéreo regional e para a implementação e custeio dos aeroportos regionais que, embora não tenha sido derivada da CTMT, seria repassada à ANAC e também à SAC/PR.

(4) Dando continuidade aos temas pautados, a Secretária Executiva convidou o Superintendente de Planejamento Institucional, Sr. Tiago Sousa Pereira, para apresentar ao Conselho Consultivo o processo de planejamento estratégico da Agência e o Plano Estratégico consolidado para os anos de 2015 a 2019. De posse da palavra, o Superintendente saudou os Conselheiros e introduziu o tema lembrando das apresentações realizadas no âmbito do Conselho Consultivo sobre o processo de Planejamento Estratégico da ANAC. Reiterou a importância da participação dos Conselheiros, da sociedade e dos servidores da Agência nesse processo e informou que o Plano Estratégico 2015-2019 havia sido consolidado e aprovado pela Diretoria no final de 2014. Dando início à exposição do Plano Estratégico 2015-2019, o Superintendente convidou o Gerente de Articulação e Planejamento Institucional da SPI, Sr. Gustavo Machado de Freitas, para apresentar aos Conselheiros o plano

consolidado. Após saudar os Conselheiros, o Gerente explicou que o processo de Planejamento Estratégico estava inserido no Programa de Fortalecimento Institucional (PFI) da Agência e desempenhava papel central para o constante aprimoramento da ANAC. Prosseguiu explicando que, para a elaboração do Plano Estratégico, a ANAC focou nos aspectos técnicos – com ampla pesquisa metodológica – e humanos – buscando abranger o máximo de interessados possíveis, incluindo servidores, *stakeholders* e a sociedade. Prosseguiu comentando que o Plano Estratégico 2015-2019 foi aprovado pela Diretoria em dezembro de 2014 e que foi disponibilizado no endereço eletrônico da Agência a partir do dia 9 de janeiro de 2015. Explicou que, dentro da Agência, foi criado um programa de sensibilização dos servidores e colaboradores para prepará-los para o processo de planejamento estratégico. Mencionou também que o processo de elaboração do Plano Estratégico incluiu a realização, entre os dias 6 e 11 de agosto de 2014, de um debate entre especialistas dos diversos segmentos da aviação civil promovido pela Agência no intuito de discutir os principais desafios da aviação civil para os próximos 10 anos, e elencou que foram abordados temas como economia, mercado de aviação, mercado de mão de obra, tecnologias, legislação, serviços ao usuário, *security*, questões ambientais, política de exploração, segurança operacional e indústria aeronáutica. Contou que, a partir dos temas levantados, foi elaborada uma pesquisa Delphi com 14 possibilidades de eventos futuros relacionados à aviação civil para avaliação da probabilidade de sua ocorrência por 200 especialistas selecionados. Prosseguiu informando que, diante dos resultados obtidos, a Agência traçou quais os cenários mais prováveis de se concretizarem e os meios de transformá-los em cenários mais favoráveis para a aviação civil. A seguir, explicou que o Plano Estratégico 2015-2019 redefiniu a missão, a visão e os valores da ANAC e que nele foram definidos 20 objetivos estratégicos, agrupando um total de 103 iniciativas estratégicas. Finalizou esclarecendo como a ANAC pretende alcançar esses objetivos e ressaltou que, embora o Plano Estratégico seja para o período compreendido entre os anos de 2015 e 2019, algumas das iniciativas estratégicas permanecerão ativas também nos anos que se seguirem. Concluída a apresentação, o Presidente elogiou o trabalho desenvolvido pela SPI e aproveitou para salientar que o Plano Estratégico 2015-2019 foi resultado de um trabalho intenso e faz parte de um grupo de ações efetivas da Agências relacionadas a governança corporativa.

(5) A seguir, a Secretária Executiva do Conselho Consultivo convidou o Gerente-Geral de Ação Fiscal, Sr. Cláudio Ianelli, para apresentar aos Conselheiros sobre as fiscalizações programadas e operações especiais dos anos 2014 e 2015. De posse da palavra, o Gerente-Geral deu início à apresentação mencionando a realização de fiscalizações das condições gerais de transporte e normas complementares de serviços aéreos, explicando que estas são divididas em três categorias: a primeira, referente às ações de vigilância continuada, que são realizadas diariamente pelos servidores lotados nos Núcleos Regionais de Aviação Civil (NURACs) para verificação do cumprimento da legislação



vigente; a segunda, referente às fiscalizações programadas, categoria na qual estão incluídas as fiscalizações realizadas nos aeroportos que não possuem NURACs e em que são verificadas questões atinentes a operações, aeronavegabilidades e infraestrutura; e a terceira, referente às operações especiais realizadas durante a época de grandes eventos e feriados e que tem como objetivo garantir o regular funcionamento dos aeroportos mais movimentados do país. Prosseguiu informando que, durante o ano de 2014, foram realizadas quatro operações especiais, a saber: Operação Feliz 2014; Operação Carnaval; Operação Copa 2014; e Operação Feliz 2015. Já para o ano de 2015, o Gerente-Geral informou que a ANAC pretende realizar operações voltadas para a fiscalização dos aeroportos que serão mais utilizados durante a realização das Olimpíadas e Paralimpíadas 2016 e operações voltadas à fiscalização dos aeroportos que registraram o maior número de reclamações no Sistema FOCUS, ferramenta utilizada pela Ouvidoria da ANAC. Aproveitou para registrar seu agradecimento pelo apoio oferecido por todos os envolvidos durante os trabalhos da Operação Copa 2014, em especial pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e pelo Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea (CGNA). Na sequência, aproveitou para informar aos Conselheiros que o índice de irregularidades verificadas nas operações especiais de Carnaval e de final de ano vem caindo a cada ano, o que, segundo o Gerente-Geral, pode ser entendido como reflexo da evolução da regulação e da presença da ANAC nos aeroportos. A seguir, passou à explanação acerca das operações de fiscalização voltadas à aviação não abrangida pelo RBAC nº 121, incluindo a aviação geral. Explicou que essas ações de fiscalização são voltadas, especialmente, aos locais de intenso fluxo da aviação geral, à análise de risco junto ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) e aos índices de denúncias e acidentes registrados. Em seguida, registrou seu agradecimento pelo apoio proporcionado por algumas entidades privadas que, ao realizarem denúncias, auxiliam a ANAC a apurar eventuais irregularidades. Prosseguiu comentando as principais ações de fiscalização promovidas no ano de 2014 tendo como foco a aviação não abrangida pelo RBAC nº 121. Neste diapasão, citou a Operação Ágata 7, a Operação Voe Seguro, a Operação Copa 2014, a operação realizada durante o Festival de Parintins e a Operação Final de Ano, lembrando que esta última serviu, ainda, para que a ANAC lançasse a Operação Praia Segura, voltada para a fiscalização de aeronaves em locais em que costumeiramente ocorre o transporte de passageiros para voos turísticos, panorâmicos ou mesmo com finalidade de locomoção, destacando o sucesso da operação e a pretensão da Agência em dar prosseguimento a esta no próximo ano. Concluiu comentando sobre as ações de fiscalização por demanda, nas quais as áreas finalísticas da ANAC atuam ao lado de Órgãos governamentais com o objetivo de combater ilícitos, reforçando a presença do Estado. Finalizada a apresentação, a Secretária Executiva agradeceu ao Gerente-Geral pela participação na reunião e abriu espaço para dúvidas e comentários dos Conselheiros. O primeiro Conselheiro a se manifestar foi o Sr. Cláudio Magnavita, que parabenizou a ANAC pelas ações de fiscalização, salientando o sucesso da Operação Carnaval 2015 e alegando que vê ligação entre o bom desempenho operacional da aviação

brasileira com o rejuvenescimento da frota brasileira, ressaltando que o Brasil, hoje, é um dos países de dimensão continental com frota aérea mais jovem. Por fim, registrou seu apelo para que a ANAC intensifique as fiscalizações de voos panorâmicos de turismo durante os períodos de alta temporada, em especial nas cidades do Rio de Janeiro e de Foz do Iguaçu. A seguir, o Conselheiro André Luiz Carvalho da Silva informou não ter encontrado referências a ações de fiscalização voltadas para a prestação de serviços auxiliares, alertando sobre a necessidade de fiscalização das condições de trabalho dessas pessoas e de seu impacto na manutenção da segurança de voo. Em seguida, o Conselheiro Milton Arantes da Costa aproveitou para elogiar o processo de Planejamento Estratégico e informou ter percebido melhora na prestação de serviços da Agência nos últimos meses, em especial no atendimento às empresas aéreas. Prosseguiu defendendo o papel desempenhado pela Gerência-Geral de Ação Fiscal (GGAF) em suas operações, sobretudo em um momento de crise econômica no país, demonstrando sua satisfação pelo fato dessa Gerência estar agindo em parceria com Órgãos governamentais e entidades privadas, em prol da segurança e regularidade da aviação civil brasileira. Reafirmou, no entanto, a necessidade de a ANAC intensificar sua fiscalização e coação ao funcionamento de táxis aéreos piratas, sobretudo dada a possibilidade de ligação destes com operações ilegais como contrabando, tráfico de drogas e armas. Em resposta ao Conselheiro André Luiz Carvalho da Silva, o Gerente-Geral de Ação Fiscal informou que a responsabilidade sobre a contratação e as obrigações relacionadas ao *handling* é da empresa aérea e que a GGAF fiscaliza todo o processo de embarque e desembarque, mas que questões trabalhistas extrapolam as competências da ANAC. Em complemento, o Gerente-Geral agradeceu o apoio do Conselheiro Milton Arantes da Costa e aproveitou para registrar que o sucesso das operações se deve à cooperação de todas as áreas da Agência, além da colaboração de diversas entidades externas. O próximo Conselheiro a se manifestar foi o Sr. Renato Pires de Lacerda Abreu, que parabenizou os trabalhos desempenhados pela GGAF, que contribuem para melhoria da segurança da aviação civil no Brasil. No entanto, lamentou o término de vigência do Programa Espaço Livre - Aeroportos, parceria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Ministério da Defesa (MD), do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), do Tribunal de Contas da União (TCU), do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), do Ministério Público de São Paulo (MPE-SP), da ANAC e da Infraero, celebrado no intuito de promover a remoção de aeronaves sob custódia da Justiça de diversos pátios de aeroportos do país, e aproveitou o espaço para sugerir ao Conselho Consultivo e à ANAC que envidem esforços para dar continuidade ao processo de liberação desses espaços nos aeroportos. A seguir, o Conselheiro Marcelo Ceriotti parabenizou o trabalho da GGAF e questionou sobre a autonomia dos servidores lotados nos NURACs, defendendo acreditar que a vigilância continuada instalada nos principais aeroportos parece voltada à atenção ao passageiro e ao usuário, mas não ao sistema de aviação civil como um todo. Por fim, sugeriu que fosse criado um canal direto de comunicação dos aeronautas com a ANAC para a apuração de denúncias de irregularidades. Em resposta, o Presidente fez referência ao Programa Espaço Livre - Aeroportos,

informando que se trata de uma questão eminentemente jurídica e que a ANAC possui capacidade mínima de atuação. Prosseguiu comentando sobre a importância do Programa de Fortalecimento Institucional para uniformização dos procedimentos da Agência, lembrando sobre a criação do Grupo de Desenvolvimento Institucional (GDI) que integra as áreas de suporte e auxilia na solução de problemas sistêmicos e torna os processos mais eficientes. Em seguida, destacou que a ANAC tem se dedicado no desenvolvimento de sua inteligência corporativa, explicando que este conceito engloba verificação de tendências, visão de mercado, visão de situação, análises aprofundadas de eventos e incidentes, entre outros, sempre com o objetivo de criar uma estrutura corporativa de dados que possam orientar todas as ações da Agência e auxiliá-la na verificação da eficácia e da efetividade de seus atos. Em complemento, o Gerente-Geral informou que, de fato, os NURACs são mais focados no atendimento ao usuário, mas que não há óbice em realizar denúncias diretamente nesses Núcleos. No entanto, recomendou que, sempre que verificada alguma irregularidade, fosse comunicada diretamente à GGAF pelo endereço de correio eletrônico [ggaf@anac.gov.br](mailto:ggaf@anac.gov.br). Diante do exposto, o Conselheiro Marcelo Ceriotti reiterou acerca da possibilidade de criação de um canal de comunicação por meio do qual os aeronautas pudessem realizar denúncias diretamente junto à Agência. Em resposta, o Gerente-Geral informou que, atualmente, o caminho institucional para o fornecimento dessas denúncias é o “Fale com a ANAC”, explicando que o canal oferece a possibilidade de inclusão de vídeos, de imagens e de texto para embasar a denúncia. Novamente de posse da palavra, o Conselheiro aproveitou para questionar sobre a existência de ações da ANAC que coíbam a soltura de balões. O Gerente-Geral respondeu ao Conselheiro que a soltura de balões é tipificada como crime, sendo competência de polícia. Neste momento, o Conselheiro Cláudio Magnavita pediu a palavra para sugerir a elaboração de uma política pela ANAC com a participação de outros órgãos governamentais, como o DECEA, para conscientização da sociedade acerca dos riscos da soltura de balões. O próximo Conselheiro a se manifestar foi o Sr. Walter Bartels, que ponderou se não era o caso de se revisar o Código Brasileiro de Aeronáutica quanto à inclusão de riscos relacionados a aeronaves.

(6) Concluídos os assuntos pautados, a Secretária Executiva deu início aos Assuntos Gerais, convidando os Conselheiros previamente inscritos para se manifestarem no prazo de 5 minutos. O primeiro Conselheiro a falar foi o Sr. Elones Ribeiro, que questionou sobre a demora na liberação das licenças para pilotos e na homologação de escolas para certificação. Em seguida, o Conselheiro questionou se existe previsão de datas para a publicação do edital para oferecimento de bolsas para capacitação de pilotos abordado no início da reunião, nos Informes da Diretoria. Por fim, o Conselheiro pediu que a ANAC analisasse os critérios para concessão das bolsas de estudo, de forma a evitar que fossem beneficiados aqueles com poder aquisitivo suficiente para custear seu próprio curso e, ainda, evitar que os beneficiados abandonassem os cursos imotivadamente. O Conselheiro Marcelo

Cerioti, por sua vez, questionou sobre a possibilidade de os segmentos participarem do processo de elaboração dos editais. Destacou ser importante a criação de critérios objetivos para garantir o acesso de pessoas aos cursos de capacitação. Prosseguiu complementando o assunto informando sobre o alto índice de desemprego para os aeronautas. Em resposta, o Presidente disse não haver ainda previsão de data para o lançamento dos editais, informando que depende de iniciativa da SAC/PR e que a participação da ANAC é focada no cadastramento das escolas. No entanto, informou que a Agência tem envidado esforços para sanar os problemas relacionados à demora na homologação das escolas para certificação e na emissão de licenças. Complementou informando que a ANAC está reestruturando o processo de emissão de licenças e que o tema faz parte de um dos projetos prioritários da Agência. O próximo Conselheiro inscrito a se manifestar foi o Sr. Cláudio Magnavita, que alertou para os possíveis efeitos das investigações da Operação Lava-Jato nos aeroportos concedidos, e exemplificou alegando haver colapso em obras de alguns aeroportos, tentativa de desfazimento de sociedades de concessionárias, entre outros. Aproveitou para registrar sua preocupação com os rumores sobre a redução da participação da Infraero nas futuras concessões. Prosseguiu ressaltando a necessidade de criação de um terceiro aeroporto no Rio de Janeiro, a ser localizado na zona oeste da cidade. Atentou também para a situação das agências de viagens após as mudanças nas regras promovidas no setor, defendendo que, com a migração das companhias aéreas para o *Billing and Settlement Plan* (BSP), da *International Air Transport Association* (IATA), a cobrança de carta de crédito pelas companhias aéreas passa a ser elevada, podendo impactar nos agentes de viagem. Ademais, destacou a criação da Associação Brasileira dos Distribuidores de Passagens Aéreas e Serviços de Viagens (Air TKT), fundada pelos consolidadores das companhias aéreas, defendendo que, dado o volume de operações, seus trabalhos deveriam passar, obrigatoriamente, pela fiscalização do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Por fim, o Conselheiro fez a leitura do documento a ser encaminhado pelo o Conselho Consultivo à SAC/PR, recomendando a recondução do mandato do Diretor Ricardo Bezerra. A seguir, o Conselheiro Ricardo Nogueira aproveitou para se manifestar contrário à política adotada pelos taxistas que atuam nas proximidades dos grandes aeroportos, alegando que os profissionais muitas vezes se recusam a fazer percursos pequenos e salientou que existem fiscais impedindo o funcionamento de táxis não credenciados nesses locais. Neste momento, o Conselheiro Ricardo Pires de Lacerda Abreu pediu a palavra e informou que, no que concerne aos impactos da Operação Lava-Jato nos aeroportos concedidos, a Infraero atuará conforme diretrizes traçadas pelo Governo. Em seguida, o Conselheiro informou que os táxis são serviços de prestação pública credenciados para atuar nos aeroportos e que, tendo em vista a distância de alguns aeroportos dos centros urbanos, o principal quesito avaliado é a segurança do usuário. No entanto, ressaltou que a fiscalização é competência do município e que não há óbice para que o usuário, ao se sentir prejudicado, registre sua reclamação junto ao operador aeroportuário. Em complemento, o Conselheiro Ricardo Luiz Martins Scalise corroborou que a segurança deve ser fator

preponderante na atuação dos taxistas junto aos aeroportos. No entanto, afirmou sua preocupação a respeito da recorrente falta de táxis no Aeroporto de São Paulo (Congonhas). Em resposta, o Presidente informou que os contratos de concessão são assinados pela ANAC, na condição de administradora do bem público, e que existe a previsão de aplicação de multas no caso de descumprimento contratual. Ressaltou, ainda, que as questões relacionadas ao serviço de táxi prestado nos aeroportos fogem às competências da Agência. De posse da palavra, o Conselheiro Miguel Fernandes sugeriu que fossem adotadas, também em outros aeroportos, as peculiaridades do Terminal do Aeroporto Santos Dumont, localizado no Rio de Janeiro (RJ), para acessos de veículos na área de embarque e desembarque. Em resposta, o Conselheiro Ricardo Pires de Lacerda Abreu alegou que cada aeroporto possui características próprias, bem como seu entorno, e que, por isso, devem ser tratados de maneira particular, levando em consideração as normas que regem o local, sejam elas municipais, estaduais ou federais, conforme o caso. A seguir, a Secretária Executiva convidou o último Conselheiro inscrito, Sr. Robson Bertolossi, para se manifestar dentro dos Assuntos Gerais. De posse da palavra, o Conselheiro questionou acerca da recondução dos Conselheiros a novo mandato no Conselho Consultivo. Após citar a legislação vigente, manifestou sua opinião, defendendo acreditar que o Regulamento do Conselho Consultivo deveria ser alterado. O Conselheiro prosseguiu seu raciocínio alegando que, de acordo com sua interpretação da legislação vigente, apenas não poderiam ser reconduzidos os membros titulares do Conselho Consultivo, nesta qualidade. Desta forma, defendeu a ideia de que os atuais membros titulares poderiam ser novamente indicados pelas respectivas entidades, desta vez na qualidade de suplentes. A seguir, o Conselheiro Cláudio Magnavita pediu a palavra e alegou que, sob seu ponto de vista, no ato de designação dos Conselheiros, a Portaria editada pelo Diretor-Presidente vale igualmente para Conselheiros titulares e suplentes. No entanto, defendeu também que acredita ser interessante para a ANAC a sugestão de alteração da legislação vigente, de forma a preservar a memória do Órgão e a viabilizar a recondução de Conselheiros. Em resposta, o Presidente afirmou que a ANAC executaria o que está previsto na legislação vigente e ressaltou que o Decreto que dispõe sobre esse assunto não confere discricionariedade para interpretação por parte da Agência. Por fim, o Conselheiro Milton Arantes da Costa pediu a palavra para comunicar ao Conselho sobre um acidente aéreo ocorrido na cidade de Tabatinga poucos minutos atrás, informando que se tratava de aeronave pirata e que as vítimas estavam sendo atendidas no Hospital Geral do Exército. Diante do ocorrido, aproveitou para reiterar a necessidade de controle sobre o táxi aéreo pirata.

(7) Terminados os debates, o Diretor Cláudio Passos Simão agradeceu a presença dos Conselheiros e agendou a 29ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo para a data provável de 2 de julho de

2015, em Brasília, no horário habitual, destacando que o comunicado formal seria oportunamente expedido pela Secretaria Executiva do Conselho Consultivo dentro do prazo regimental.

Ata lavrada pela Secretária Executiva do Conselho Consultivo, Ana Carolina Pires da Motta.